

**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE PESSOAS E PSICOLOGIA
ORGANIZACIONAL**

**SAÚDE MENTAL E DESEMPREGO: CONFIGURAÇÕES DA
VIVÊNCIA PSICOLÓGICA DO SUJEITO DESEMPREGADO E SUAS
PSICOPATOLOGIAS**

ANDRÉIA NICOLAU DE OLIVEIRA

ANÁPOLIS-GO
2015

ANDRÉIA NICOLAU DE OLIVEIRA

**SAÚDE MENTAL E DESEMPREGO: CONFIGURAÇÕES DA
VIVÊNCIA PSICOLÓGICA DO SUJEITO DESEMPREGADO E SUAS
PSICOPATOLOGIAS**

Artigo apresentado à Coordenação da Faculdade Católica de Anápolis para obtenção do título de Especialista em Gestão de Pessoas E Psicologia Organizacional sob a orientação do Prof. Me. Halan Bastos Lima.

ANÁPOLIS-GO
2015

ANDRÉIA NICOLAU DE OLIVEIRA

**SAÚDE MENTAL E DESEMPREGO: CONFIGURAÇÕES DA VIVÊNCIA
PSICOLÓGICA DO SUJEITO DESEMPREGADO E SUAS PSICOPATOLOGIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Especialização em Gestão de Pessoas e Psicologia Organizacional da Faculdade Católica de Anápolis como requisito para obtenção do título de Especialista.

Anápolis, 28 de Abril de 2015.

APROVADA EM: _____/_____/_____ NOTA _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Halan Bastos Lima
Orientador

Prof^a. Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel
Convidada

Prof^a. Me. Vanessa A. Cardoso dos Anjos
Convidada

SAÚDE MENTAL E DESEMPREGO: CONFIGURAÇÕES DA VIVÊNCIA PSICOLÓGICA DO SUJEITO DESEMPREGADO E SUAS PSICOPATOLOGIAS

ANDRÉIA NICOLAU DE OLIVEIRA¹
HALAN BASTOS LIMA²

RESUMO:No presente estudo buscou-se evidenciar as relações entre desemprego e saúde mental, enfatizando as crenças que circundam o fenômeno do desemprego, a construção histórica de tais crenças e a forma como estas representações exercem influências sobre o bem estar psicológico do indivíduo que se encontra nesta situação. Para tanto realizou-se uma investigação teórica sobre a vivência subjetiva do indivíduo diante da exclusão do mercado de trabalho. Esta investigação foi realizada a partir de uma revisão bibliográfica. Após análise da literatura consultada, este estudo permite concluir que, há uma relação direta entre a vivência objetiva da situação de desemprego e um sofrimento psicológico subsequente. O desemprego, vivido enquanto momento de crise do indivíduo funciona, comumente, como gatilho para a manifestação de psicopatologias como a depressão, suicídio e alcoolismo.

Palavras-chave:Desemprego. Psicopatologias.Saúde Mental.

1INTRODUÇÃO

No presente trabalho, buscou-se investigar a relação existente entre a situação de desemprego de um indivíduo e o possível sofrimento emocional que esta situação acarreta. Dessa forma, este estudo intenta esclarecer como uma pessoa desempregada vivencia esta posição do ponto de vista psicológico; quais as crenças ligadas ao desemprego e seus impactos sobre a saúde mental deste sujeito e das pessoas que compõem seu círculo social.

Esta temática se mostra importante uma vez que é sabida a dimensão alarmante do desemprego no Brasil, em consonância com o momento econômico vivido e com o fenômeno de desemprego estrutural, resultado da reestruturação produtiva do capital.

Para além desta constatação, há também o fato de que o trabalho ocupa lugar central nas vidas dos indivíduos modernos. Esta centralidade não é exclusiva da modernidade, pelo contrário, está presente e tem sido construída ao longo do tempo, deste o início do sistema de produção capitalista que instituiu o conceito de emprego, tal como o conhecemos hoje. Haja vista que o trabalho é uma categoria

¹Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás. andreianic@hotmail.com

²Graduado em Fisioterapia. Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente. Docente pela Faculdade Católica de Anápolis. fisio_halan@hotmail.com

central na formação da autoimagem do homem e que um grande volume de pessoas permanece privado dele, tem-se que esta privação de um posto de trabalho formal provoca consequências negativas sobre o bem estar psicológico deste indivíduo e gera sofrimento.

Este sofrimento decorrente da situação de desemprego perpassa pelas crenças sustentadas pelos indivíduos desempregados e por seus pares. Estas crenças podem incluir ineficiência, vadiagem, falta de compromisso e de responsabilidade. Além de estarem no cerne da formação de tal sofrimento psicológico, tais crenças contribuem para que esta dor seja desvalorizada, ou até mesmo ocultada, do ponto de vista social. Não se enxerga um sujeito que sofre por não estar inserido no mercado de trabalho, e sim aquele que está muito acomodado para lutar por seu lugar, negligenciando sua dor e os reais motivos desta exclusão. Levando estes pontos em conta, uma investigação deste tema se justifica por lançar luz às reais vivências e sofrimentos inerentes à condição de se estar desempregado.

Diante deste tema são levantados os seguintes questionamentos: Há uma ligação mais ou menos direta entre o desemprego e um sofrimento psicológico subsequente? E ainda, se há essa ligação, como ela se configura? Neste sentido questiona-se ainda: Quais são os fatores que influenciam para que esta situação de desemprego gere sofrimento e para que sua intensidade seja maior ou menor? Quais as crenças que perpassam tal sofrimento e quais são as psicopatologias que podem ter ligação com a vivência do desemprego?

O objetivo deste estudo é compreender como o trabalhador desempregado vivência esta situação do ponto de vista psicológico/emocional e descrever as possíveis psicopatologias que podem acometê-lo neste período. De forma específica procura-se investigar a existência de um sofrimento psicológico decorrente da situação de desemprego, bem como distinguir quais fatores contribuem ou agravam o sofrimento emocional na situação de desemprego, e aqueles que o amenizam. Objetiva-se ainda conhecer as psicopatologias que acometem com mais frequência os desempregados e como se dá a relação entre estas e a situação específica do desemprego.

A metodologia utilizada neste trabalho é de natureza qualitativa e o método de abordagem será dedutivo. Assim, foi realizada uma revisão bibliográfica. A investigação aqui proposta foi desenvolvida por meio de uma pesquisa bibliográfica

sobre o tema. Segundo Gil (2007) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, consistindo principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. A principal qualidade deste tipo de pesquisa reside no fato de abranger uma gama de fenômenos mais ampla que aquela que seria atingida pela utilização de outros modelos de pesquisa. Os artigos e livros foram selecionados de acordo com a compatibilidade com o tema do artigo, analisados principalmente tendo em vista título e resumo. A análise teve natureza analítica e descritiva.

O presente estudo é subdividido em três partes. A primeira parte discorrerá acerca da relação entre saúde mental e trabalho de forma geral. Para tanto será realizada a conceituação e análise das configurações gerais de desemprego, emprego e trabalho; uma análise da construção histórica do conceito de trabalho, bem como da amarração entre os conceitos de trabalho e emprego; a questão da centralidade do trabalho na vida humana e as origens da ligação entre o desemprego e conceitos negativos como inutilidade e irresponsabilidade.

A segunda é dedicada à investigação mais pormenorizada das representações que circundam o conceito de desemprego. Procurará lançar luz às crenças que são comumente conectadas a este fenômeno. Ainda, tendo em vista que estas são reproduzidas tanto a nível social quanto individual, averiguar como estas crenças interferem na vivência subjetiva desta situação pelo desempregado.

Na terceira serão abordadas as questões concernentes às manifestações psicopatológicas nos desempregados, ou seja, investigará a forma como o sofrimento muitas vezes gerado pelo desemprego pode desembocar em um quadro psicopatológico. Para isso será levantado em que nível e de que forma o desemprego, enquanto um acontecimento estressante na vida do indivíduo tem influência sobre a formação de psicopatologias e quais são os delineamentos mais comuns.

2 SAÚDE MENTAL E DESEMPREGO

Um sujeito privado de sua posição no mercado de trabalho vivência perdas em vários aspectos tanto no âmbito objetivo, como recursos financeiros e status,

quanto no âmbito subjetivo como sentimento de pertença a uma empresa e sensação de segurança. Busca-se neste subtítulo, investigar os impactos do fato objetivo da exclusão do mercado de trabalho de um sujeito sobre sua vida subjetiva e sua saúde mental.

2.1 DESEMPREGO: DO CONCEITO ÀS SUAS VARRIÇÕES

Para Argolo e Araujo (2004, p. 163), o desemprego pode ser definido como:

[...] a perda e/ou não obtenção de um posto de trabalho regulamentar, seguida da procura de novos postos de trabalho e combinada ou não com trabalhos precários (irregularidades ou não regulamentados na forma da lei), estando o trabalhador apto para o exercício das funções pretendidas.

Tendo em vista tal definição fica claro que para se falar sobre desemprego é necessário considerar uma variedade de configurações que o desemprego pode adquirir. É considerado como desempregado tanto o sujeito que possuía uma posição dentro do mercado de trabalho e a perdeu quanto aquele que possui idade e capacidade de trabalho, mas não ingressou no mercado ainda; tanto aquele sujeito que utiliza de meios alternativos para gerar renda, como trabalhos informais e precários, quanto os que não exercem nenhuma atividade remunerada no momento. Uma vez que uma pessoa esteja apta a trabalhar e esteja interessada em se inserir no mercado, mas não o alcançou até então, é considerada desempregada, independente do tempo em que está nesta posição.

Uma configuração tão ampla possibilita a realização de categorizações, que podem auxiliar na análise e conhecimento do que é compreendido como desemprego. Nesse sentido, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos(DIEESE), considera que o desemprego total é composto pela somatória de três categorias distintas: **1) desemprego aberto:** pessoas que buscam trabalho e não realizam nenhuma atividade remunerada concomitante; **2) desemprego oculto pelo trabalho precário:** pessoas que realizam trabalhos remunerados de forma irregular ao mesmo tempo que procuram recolocação no mercado; **3) desemprego oculto pelo desalento:** pessoas que querem trabalhar mas, por razões circunstanciais ou por desânimo frente às dificuldades de inserção

no mercado, desistiram de procurar emprego (CALDANA; FIGUEIREDO, 2002, grifo nosso).

Ao se analisar a origem do sistema de produção capitalista é que se pode vir a compreender a raiz do desemprego. Este processo se inicia com a decadência do sistema feudal, período no qual a agricultura e o sistema de trocas diretas deixam de ser os únicos meios de subsistência. Aqui nasce o comércio propriamente dito. Neste momento, um grande montante de pessoas que viviam no campo por meio da agricultura, passa a habitar os grandes centros urbanos, locais de comércio, indústria e desenvolvimento, e acúmulo de bens. Todas aquelas pessoas que antes se sustentavam através da agricultura desenvolveram um conhecimento muito afinado das nuances desta prática e o repassou ao longo de gerações.

Acontece que, quando instalado num centro urbano que funciona basicamente pelo comércio, todo este conhecimento passa a ser obsoleto e é rapidamente descartado. O agricultor que detinha um grande conhecimento em seu contexto está agora desprovido de qualquer coisa para oferecer. Foram justamente estes que se tornaram os primeiros empregados, já que precisaram vender sua força de trabalho a outros (ARGOLO; ARAUJO, 2004). Aqueles que por algum motivo não encontravam tal oportunidade foram os primeiros desempregados.

Com o advento do capitalismo há a valorização e exaltação da posição de trabalhador. Como ressalta Wickert (1999, p.67):

O trabalho nem sempre teve a conotação de valorização atual. Na Grécia antiga, por exemplo, trabalhar não era nenhuma honra, bem pelo contrário [...] para os gregos, como observou Nietzsche[...] tanto o trabalho quanto a escravidão, eram uma desgraça necessária, um motivo de vergonha, como se fossem a um só tempo uma desgraça e uma necessidade[...] por este motivo era designado aos escravos e aos sujeitos livres não cidadãos.

Como o sistema capitalista é pautado na exploração da mão de obra e sustentado pelo lucro advindo de tal exploração foi necessário que se criasse uma ideologia segundo a qual o trabalho é positivo, sinal de virtude e honestidade, e a falta dele ou a recusa em se dispor ao trabalho seriam características de pessoas “vadias” (WICKERT, 1999).

Esta ideologia da exaltação do trabalho se sustenta, como qualquer outra construção subjetiva, em configurações objetivas. Assim sendo, o status conferido até então a um sujeito pela sua linhagem familiar ou pelo seu conhecimento

específico em determinado assunto perde o valor. No novo modo de organização social é valorizado aquele que disponibiliza sua força de trabalho e contribui para o perfeito funcionamento do capitalismo. O respeito e o reconhecimento só é devido àqueles que têm um emprego e desempenha devidamente sua função (WICKERT, 1999).

Tendo em vista o contexto do advento do capitalismo e a formação de uma ideologia de exaltação do trabalho, ocorreu, a partir desta construção histórica, a associação entre trabalho e honestidade. O sujeito que fornece sua mão de obra em troca de um pagamento é o popularmente conhecido “trabalhador honesto”, uma conceituação que é tomada como motivo de glória e repetido com orgulho pelos homens ao longo da história. A consequência direta de tal associação que nos interessa é que aquele que não trabalha é automaticamente relacionado ao conceito de desonesto.

Ao mesmo tempo há a vinculação entre as ideias de trabalho e de emprego, também advindas do início do sistema capitalista. Desde este tempo e até hoje, no atual contexto socioeconômico, o desenvolvimento de um trabalho genuíno em toda sua configuração, mas que não gere recompensa financeira, não é considerado como um trabalho legítimo. Assim sendo, o trabalho é “deformado sob a forma perversa de emprego” (WICKERT, 1999, p.69). Dessa forma mesmo a pessoa que desenvolva um trabalho, mas não possua um emprego, com suas devidas atribuições financeiras, é considerada desonesta ou acomodada. Esta relação acontece, na grande maioria das vezes, de forma velada e implícita.

Tendo em vista toda esta construção histórica em torno do trabalho, várias crenças se desenvolveram no campo subjetivo em relação ao binômio emprego-desemprego. Monteiro et al. (2008, p. 235) afirmam que, do ponto de vista psicossocial “[...] o que tem sido apurado é a vivência do desemprego com um forte sentimento de degradação social e pessoal”. A sociedade, de modo geral, tende a perceber o sujeito desempregado como o vadio, o acomodado ou aquele que não foi capaz de permanecer em um posto de trabalho devido à sua incapacidade ou ineficiência.

A pessoa na situação de desemprego, uma vez que está inserido culturalmente nesta sociedade, compartilha em maior ou menor grau da mesma opinião. Quando acontece de o indivíduo se ver como desempregado,

automaticamente atribui a si mesmo tais crenças. Dessa forma, não só a sociedade o julga como inútil como também o próprio desempregado julga a si mesmo desta forma. A partir disso há um processo de autodegradação e de autojulgamento que faz com que este homem efetivamente se sinta inútil. O julgamento social negativo certamente gera um grau de sofrimento, porém a crença genuína de que “não sou bom para nada” ou que “não sirvo para nada” gera um sofrimento emocional avassalador. De acordo com Monteiro et al (2008, p. 236) são comuns “sentimentos de depressão, desesperança, insegurança, isolamento e problemas na auto-estima, entre outros”.

O momento histórico do início do sistema de produção capitalista criou-se os conceitos de emprego e desemprego, tais como, reconhecidos até os dias de hoje. Do mesmo modo, criaram-se também as crenças subjetivas atreladas a eles. No entanto, houve novo acréscimo de significados a partir de um fenômeno iniciado em meados da década de 1980, denominado “Reestruturação produtiva”. Trata-se, de uma:

Transformação sem precedentes na história das relações sociais de produção, no modo de produzir e de conceber o mundo do trabalho, cuja centralidade forjada durante a Revolução industrial vem sofrendo processo de ruptura. [...] as formas de acumulação *taylorista-fordista* de produção se esgotaram, assim como o emprego formal cedeu espaços para a flexibilização da força de trabalho (FLEIG et al., 2005, p.72).

A reestruturação produtiva redefiniu as relações objetivas entre trabalho e trabalhador e, conseqüentemente, as relações subjetivas inerentes. O modo de relação com o trabalho que era configurado no auge das formas de acumulação *taylorista/fordista* de forma rígida, sistematizada e orientada pelo emprego formal, frente ao esgotamento de tais meios dá lugar a uma configuração extremamente maleável do trabalho, caracterizada primordialmente pelo emprego informal e pela flexibilização da força de trabalho. (FLEIG et al., 2005).

Desse modo, o trabalhador é submetido a um novo padrão que exige sua especialização flexível, ou seja, é necessário que ele seja polivalente e multifuncional, de modo que faça jus a qualquer posto de trabalho no qual venha a ser inserido. Dessa forma há uma nova divisão do trabalho, com limites tênues, refletindo em divisão menos acentuada do trabalho e integração das funções.

As consequências subjetivas desta nova configuração das relações de trabalho e produção são explícitas. A flexibilidade e descontinuidade das relações de trabalho são percebidas subjetivamente como instabilidade emocional. Não há, no campo do trabalho, um lugar onde se firmar, uma vez que as divisões são tênues e a instabilidade é grande. Consequentemente, o sujeito se vê inseguro, despojado de uma identidade sólida, já que o trabalho como categoria central da vida do homem não fornece a ele lugar fixo no qual se fundamentar.

Assim sendo, contraditoriamente, o desenho do trabalho neste contexto fornece tanto um alívio na incômoda rigidez organizacional tão criticada no modo de acumulação *taylorista/fordista* quanto cria condições de risco e total ausência de segurança (FLEIG et al., 2005).

Uma das principais consequências do processo de reestruturação produtiva, e a mais relevante para este trabalho, é o desemprego estrutural. Frente à globalização e modernização do trabalho há uma reconfiguração dos meios de produção na qual são inseridas novas tecnologias. O desemprego estrutural é aquele advindo da substituição de trabalhadores por novas tecnologias de produção (SINGER, 1998).

O volume de sujeitos em situação de desemprego se torna alarmante e o próprio conceito de desemprego se renova. Agora o trabalhador é supostamente dotado de autonomia sobre sua própria situação de emprego/desemprego, tendo em mãos o poder de mudar esta realidade simplesmente com sua própria atitude.

A nova organização do trabalho busca (re)qualificar o dever ser do trabalhador por meio das novas responsabilidades impostas. O trabalhador deve buscar conhecimentos e experiências, não apenas técnicos e formalizáveis, mas também os de cunho moral, político e social, construindo-se, assim, [...] um ser totalmente responsável pelo seu sucesso. Neste sentido, a educação vem sendo referenciada como forma de responsabilização do trabalhador por sua empregabilidade frente ao desemprego (FLEIG et al., 2005, p.76).

Obviamente se trata de um engodo, uma vez que a causa do desemprego não é inerente a este sujeito e sim consequência direta das novas configurações de trabalho. Assim sendo, o sujeito carrega consigo, além das crenças pejorativas agregadas ao desemprego desde sua origem, a falsa ideia de que é responsável por sua situação de desempregado e que permanece nela exclusivamente por falta de capacidade própria.

Para além da questão do desemprego propriamente dito, e uma consequência do mesmo, há a criação de uma nova angústia do trabalhador empregado. Este sujeito que está em uma empresa é continuamente ameaçado pela possibilidade sempre latente da perda do emprego, uma vez que o desemprego estrutural é uma realidade que atinge a todos os setores e posições. Portando vive às sombras do fantasma da possibilidade de demissão e por isso, se submete a todas as demandas da empresa, ainda que visivelmente excessivas (CASTELHANO, 2005).

Há, portanto um sofrimento do empregado criado pela grande amplitude do desemprego. O caminho inverso também acontece. De acordo com Dejours (2003, apud CASTELHANO, 2005, p. 41) “[...] a indiferença pelo sofrimento psíquico dos que trabalham abriu caminho, portanto, à tolerância social para com o sofrimento dos desempregados”. Assim, se generaliza a banalização do sofrimento do trabalhador, tanto aquele que está inserido no mercado sofrendo as pressões do mesmo, quando daquele que está excluído.

Os conceitos de autodesvalorização e impotência do sujeito desempregado, desenvolvidos socialmente desde o início do capitalismo e ampliados pela reestruturação produtiva, está no cerne da influência negativa do desemprego sobre sua saúde mental, porém existem vários outros fatores nesta equação.

Monteiro et al (2008, p. 239) apontam que esta situação é frequentemente seguida de “desestruturação de laços sociais e afetivos, que podem ainda causar restrição de direitos, insegurança socioeconômica, redução da auto-estima, sentimento de solidão e fracasso”.

Dessa forma, não apenas o autoconceito do sujeito é negativo como também sua realidade objetiva é alterada. Sua posição social é posta em cheque, a privação da recompensa financeira gera preocupação. O sentimento de fracasso em um âmbito central da vida humana no sistema capitalista, que é o trabalho, tende a se generalizar como sentimento de fracasso na vida como um todo.

Por estar inserido numa sociedade estruturada pelo meio de produção capitalista e, por ter sua subjetividade construída a partir da objetividade, o trabalho ocupa lugar central na vida do homem. A identidade de um sujeito é formada pela soma de uma série de personas, construídas a partir dos diferentes âmbitos de sua

vida. Então, o homem se compõe de sua identidade familiar, social, religiosa, financeira/profissional, dentre outras.

O trabalho seria a categoria central. De acordo com Marx e Engels (1977) o trabalho é a manifestação da capacidade humana de projetar o futuro e criar, diferente da força de trabalho animal/instintiva. É a prova da capacidade de planejamento humana e a única forma de o indivíduo deixar sua marca no mundo. A essência do indivíduo estaria, portanto, no trabalho e este equivaleria àquilo que produz e ao modo como produz.

Neste mesmo sentido Lima e Borges (2002, apud MONTEIRO et al, 2008, p. 235) defendem:

[...] a centralidade do trabalho para o homem, mesmo nas suas formas mais entranhadas. Em outras palavras, não vemos como pensar o homem desconsiderando essa categoria e muito menos como pensar as consequências do desemprego desconsiderando o fato de que o trabalho foi e permanece central para o ser humano. Assim, as reações do desempregado à sua condição não são fruto apenas das perdas materiais que sofreu, mas, sim, da impossibilidade de expressar-se, desenvolver-se e deixar sua marca no mundo.

Fica claro que, a partir destas explanações, o trabalho é uma categoria central no contexto de formação da identidade humana, de forma que a inserção no mercado é fator decisivo para o bem estar psicológico. Argolo e Araujo (2004) trazem a teoria de que o bem estar psicológico do indivíduo é diretamente proporcional ao seu bem estar psicossocial. Assim sendo, o sujeito pode gozar de bem estar e saúde mental desde que seu ambiente lhe forneça experiências positivas suficientes e que ele se sinta devidamente integrado neste ambiente. A partir desta teorização pode-se afirmar que, o contexto social do sujeito desempregado, balizado pelas crenças de inutilidade e degradação, dá margem para uma vivência psicológica de sofrimento.

Uma vez conhecendo este processo pelo qual a realidade objetiva da privação de um emprego gera uma vivência de sofrimento psicológico, cabe-se investigar quais são as configurações deste sofrimento. A vivência subjetiva de determinada situação depende diretamente da interpretação do sujeito de tal circunstância objetiva, interpretação esta realizada individualmente com base da história de vida de cada um. Assim, cada sujeito desempregado vivencia internamente o desemprego de uma forma única. Porém, devido ao fato de a

situação objetiva ser praticamente a mesma e de os sujeitos estarem inseridos no mesmo tipo de sociedade e meio de produção, pode-se observar alguns padrões no sofrimento destes indivíduos, inclusive psicopatologias em comum.

3 REPRESENTAÇÕES ACERCA DO DESEMPREGO

Neste tópico, realizou-se uma investigação na tentativa de explicitar as configurações das vivências psicológicas e emocionais dos indivíduos desempregados, bem como as formas como estas podem influenciar diretamente na manifestação de determinadas psicopatologias. Tendo isto em vista, realizou-se também uma investigação sobre quais são as representações, ou seja, quais as crenças que circundam o conceito de desemprego. Tais crenças são fruto de interpretações realizadas com base em fatos concretos, nesta situação, interpretações acerca da realidade do desemprego e de todas as suas implicações sociais, financeiras e psicológicas.

3.1 REPRESENTAÇÕES DO DESEMPREGO

A relevância de abordar a questão das representações criadas a partir da situação do desemprego se dá por conta da premissa, sustentada por Beck et al. (1997), de que há uma relação intrínseca entre pensamento (cognição), sentimentos e comportamentos. De acordo com estes autores são os pensamentos interpretativos, justamente as representações que se fazem sobre a realidade, que geram os sentimentos adjacentes e, conseqüentemente, os comportamentos. Sendo assim, uma interpretação negativa sobre determinada parcela da realidade acarreta sentimentos negativos (tristeza, impotência, baixa autoestima) que acarretam comportamentos disfuncionais, além de culminar muitas vezes em psicopatologias.

Uma vez constatada a importância de investigar as representações por trás do desemprego neste trabalho, surge à questão da separação entre representações pessoais ou individuais e representações sociais. Partir-se-á da premissa de que não há como diferenciar efetivamente as representações individuais das sociais, uma vez que há entre elas uma relação estreita de influência mútua.

Desta forma, a base da constituição das representações individuais sobre qualquer fator da realidade objetiva são as representações comuns à sociedade, já que o homem é um ser inserido impreterivelmente num contexto social e que é diretamente influenciado por este contexto. Esta ideia é corroborada por Duarte (1998, p. 249) quando diz que “[...] a vivência [pessoal] do desemprego varia segundo a natureza e combinação de um grande número de variáveis sociais: idade, pertença social, competências profissionais, recursos econômicos e culturais [...]”. A vivência, ou seja, a forma como o indivíduo vive a situação do desemprego está condicionada a fatores externos a ele, concernentes ao contexto social no qual está inserido.

Em contrapartida as representações sociais nada mais são que o reflexo, o resultado da união de todas as representações construídas a nível individual. Ora, não há este organismo abstrato dotado de vontades e pensamentos próprios, chamado “o social” ou “a sociedade”, mas sim uma entidade formada pela união das vontades e pensamentos daqueles que o compõe, os indivíduos. Tendo esta análise em vista pode-se considerar que todas as representações sociais são, no limite, representações individuais, e vice-versa, de modo que uma mesma crença é tanto coletiva quanto pessoal.

Considerando, pois, que as representações sobre qualquer evento são produtos das configurações concretas do mesmo, é válido iniciar a análise das representações acerca do desemprego apreciando a classificação proposta por Jahoda (1979, apud BUENDIA 1990). Este sistema diferencia as funções do trabalho em manifestas e latentes, no sentido de consequências que trazem satisfação e motivam o trabalhador a permanecer em sua posição.

As funções manifestas seriam as de mais fácil observação como o salário e as condições de trabalho, já as funções latentes são aquelas que justificam os sentimentos positivos por estar empregado, mesmo quando o salário e as condições não são motivadores. Pode-se citar como funções latentes do trabalho: a estruturação temporal que o trabalho proporciona na vida do trabalhador; compartilhamento de experiências com pessoas fora do círculo familiar; vinculação com metas e propósitos que vão além das pessoais, o status social e estruturação da identidade do indivíduo.

As funções latentes sugeridas pela autora proporcionam uma visão ampliada dos fatores envolvidos no binômio saúde metal -desemprego. Sendo privado de seu emprego, o indivíduo sentirá falta não apenas de reforçadores mais conhecidos, como salário, mas também de várias condições adjacentes que são tão importantes, ou até mais, que as funções manifestas. Desse modo, o que se perde ao estar desempregado é mais do que normalmente se considera numa primeira análise superficial.

Como já foi levantado, o binômio emprego-desemprego carrega consigo uma série de crenças, desenvolvidas no campo subjetivo e que possuem esta característica de ser tanto individual quanto social. São ideias que o sujeito percebe no discurso de seus pares e internaliza ao longo do tempo, de forma a também reproduzir não só em seu discurso, mas também em suas próprias interpretações. No geral estas crenças se referem, de acordo com Monteiro et al (2008, p.236) “ a sentimentos de depressão, desesperança, insegurança, isolamento e problemas na autoestima, entre outros”. Além desses são comuns sentimentos de inferioridade, de falta de valor enquanto ser humano (facilmente confundida com a falta de valor enquanto consumidor). O sujeito desempregado é visto como o que não quer trabalhar, que não se esforça o suficiente, acomodado, ou então como aquele que não é bom o suficiente para ser requisitado pelo mercado (MONTEIRO et al, 2008). Em todas as hipóteses as avaliações são negativas.

O principal círculo social do indivíduo e aquele que exerce maior influência sobre ele certamente é a família. Assim sendo, a dinâmica familiar e a maneira como a família lida com a situação irá repercutir diretamente na forma como uma pessoa irá vivenciar emocionalmente seu desemprego. Hirata e Humphrey (1989, apud PEREIRA E BRITO, 2006, p. 148) defendem que:

[...] o desemprego repercute na dinâmica familiar, dependendo da posição que o indivíduo desempregado ocupa na família. [...] chefes de família sentem de forma mais aguda a pressão econômica, por exemplo [...].

Uma vez que a pressão sobre um(a) chefe de família é maior, certamente a interpretação desta vivência será mais pesada e dolorosa emocionalmente do que a de alguém que não tem a responsabilidade de manter financeiramente uma família e, mais ainda, de alguém que tenha apoio financeiro dela.

Esta interpretação e consequente experiência não são exclusivas de homens, pais de família, mas se estende a toda pessoa que ocupe a posição de provedora da casa. Pereira e Brito (2006) ressaltam que em relação à providência financeira no lar estas pessoas se enxergam como “atores fora de cena”. Cada configuração objetiva desta situação acarretará interpretações específicas: a mãe/o pai desprovido de seu emprego passa a ser sustentado pelos filhos, o que é percebido por eles como mais que uma inversão de papéis, um fracasso na tarefa de prover o sustento dos filhos. O homem, especificamente, vê nesta situação a possibilidade de ser sustentado pela mulher, o que acaba sendo uma afronta a sua própria masculinidade, uma vez que foi socialmente construído o paradigma de que o homem é o responsável pela proteção e sustento da mulher e dos filhos.

A forma como o desempregado avalia a causa da sua situação, ou seja, os fatores que o levaram a perder o emprego e a permanecer fora do mercado de trabalho, influem diretamente sobre suas representações e, conseqüentemente, seus sentimentos em relação ao desemprego.

Gondim et al. (2010) levantam a existência de uma ideologia compartilhada na qual a razão de um indivíduo estar fora do mercado de trabalho é condicionada pela sua própria falta de qualificação/capacitação profissional, como pontuado anteriormente. Assim sendo, o desempregado é todo sujeito que não se qualificou devidamente. A principal consequência da adoção desta ideia é a responsabilização do indivíduo por sua situação de desemprego. Do ponto de vista subjetivo, tal responsabilização pode se traduzir em sentimentos de incapacidade e de inércia, elevando a percepção já presente neste trabalhador de que é inútil e culpado por estar nesta condição.

Em contrapartida, pode ocorrer uma percepção diferenciada desta conjuntura. O indivíduo pode ter a consciência de que está fora do mercado não por conta de sua insuficiente qualificação resultante de sua inércia, mas como uma consequência da estruturação do mercado. Para este trabalhador, não importa o quanto esteja adequadamente qualificado para o cargo, não há lugares suficientes para serem ocupados por todos os candidatos, por conta da (re)estruturação produtiva, automação e (re)configuração das relações de produção, já levantadas.

A consequência subjetiva desta percepção seria a crença de que não importa o que se faça nem quais qualificações possua, não há maneira de garantir

uma vaga no mercado de trabalho. Esta crença é certamente acompanhada de um forte sentimento de impotência diante da realidade. (PINHEIRO & MONTEIRO, 2007).

Talvez a consequência subjetiva e a percepção mais gritante da situação de desemprego seja sua interpretação como exclusão, principalmente social. Como afirmam Pereira e Brito (2006) o desempregado está destituído de seus direitos e deveres. Não pode cumprir os deveres de provedor, por exemplo, ou qualquer dever que envolva poder financeiro e aquisitivo. Em contrapartida não possui os direitos que possuía, tanto os objetivos como proteção previdenciária quanto os subjetivos como aqueles que o status de consumidor lhe confere na sociedade capitalista. A própria identidade do sujeito é negativamente afetada por esta destituição de direitos e deveres, e ele se percebe subjetivamente como que a margem da sociedade.

Deste contexto advém com frequência a submissão dos desempregados a trabalhos precários. Uma vez que o sujeito se enxerga como destituído de sua condição de cidadão por conta da falta de poder aquisitivo e status de empregado, passa a se desvalorizar enquanto profissional e a se submeter a sub-empregos. Pereira e Brito (2006, p. 167) observaram que ocorre:

[...]a submissão [a trabalhos precários] pela crença discursivamente interpretada, de que o informal, o relacional, a espera pela indicação são procedimentos legítimos e justificáveis diante da condição de desempregado [...].

Também interligada à representação já discutida de que o indivíduo é diretamente responsável por sua inserção no mercado através de seu comportamento, se legitima tal submissão e reforça a crença de que é o trabalhador que está inadequado ao mercado e à sociedade.

Outro fator que está diretamente ligado à percepção de exclusão social do desempregado é o efeito que a falta de uma posição no mercado de trabalho causa sobre sua identidade. Dado o fato anteriormente levantado de que a categoria trabalho ocupa uma posição central na vida do sujeito contextualizado na sociedade capitalista, certamente terá destaque na constituição desta identidade.

Neste sentido Pereira e Brito (2006, p. 170) defendem que:

[...] a própria empresa a qual pertencia este sujeito empresta a ele sua identidade e status de modo que a destruição dos laços foi interpretada como perda da referência organizacional. A condição de estar

desempregado(a) revelou-se como uma condição de estar sem referência perante a sociedade e perante si mesmo.

A referida exclusão social toma configurações, ainda, de afastamento do convívio social. Deposto de sua condição de cidadão detentor de algum poder por conta da capacidade aquisitiva, e destituído de uma parte importante de sua identidade, este sujeito tende se afastar da convivência com seus pares. Este fato se relaciona diretamente com a crença desenvolvida subjetivamente de desvalorização pessoal. Em pesquisa com ex-funcionários da área mineira, Duarte (1998, p. 256) notou, neste sentido que, “as experiências do desemprego em torno de uma ‘identidade negativa’, de uma degradação da imagem de si conduziria quase que inevitavelmente à exclusão social.”.

Em situações nas quais o desemprego perdura por mais tempo pode haver a exacerbação desta situação, de modo que o isolamento crescente reflita no (re)forçamento das ideias de inércia e desesperança do indivíduo, que por sua vez motivem retroativamente o isolamento a ser cada vez maior. Este quadro quando levado ao limite pode conduzir ao que Pereira e Brito (2006) denominam “morte simbólica”, diretamente ligada ao não autoreconhecimento do sujeito como um ser social e sociável.

Na pesquisa realizada por Jacques Le Mouél (1981 apud DUARTE, 1998, p. 71), é defendida uma premissa que vai de encontro com a tratada neste trabalho, a de que “a forma de viver o desemprego depende das representações que os indivíduos fazem do trabalho”. Em sua pesquisa com jovens franceses, o autor pôde diferenciar duas classes de vivências diferenciadas, de acordo com as representações dos sujeitos: o “desemprego doença” e o “desemprego banalizado”.

O desemprego banalizado seria, de acordo com o autor, aquele no qual o sujeito se foca nas interpretações negativas acerca do trabalho, incluindo as condições ruins, a impossibilidade de ser criativo e de alcançar realização pessoal, a submissão a regras obtusas, dentre outras. Para aqueles que vivenciam o desemprego desta forma o sentimento adjacente perpassa principalmente o alívio por estarem fora do mercado e, segundo o autor, estes jovens tendem a agir no sentido de aproveitar o tempo entre um emprego e outro da melhor maneira possível, se dedicando a projetos pessoais.

A outra possibilidade de vivência, segundo Le Mouél (1981) é o desemprego doença, na qual o jovem tem a crença de que somente por meio de um trabalho

assalariado se é reconhecido socialmente. Têm-se a necessidade moral de estar trabalhando, e possuir o status de empregado é uma necessidade vital. Para estes sujeitos a falta de posicionamento no mercado é vivida como uma experiência traumatizante, pontuada por sentimentos de preocupação, aborrecimento e humilhação (DUARTE, 1998). É desta segunda categoria de vivência que tratamos neste trabalho, uma vez que ela, mais que a anterior, tem como consequência direta sentimentos e comportamentos inadequados que resultam, com frequência, em psicopatologias ligadas ao desemprego.

O processo de desemprego vivenciado por trabalhadores é cercado de reações psicológicas que são adjacentes às crenças que estamos discutindo. Levando em consideração a relatividade de qualquer classificação, uma vez que cada indivíduo tem reações únicas, Buendia (1990) propõe a separação da vivência subjetiva do desemprego em fases.

De acordo com o autor, a primeira reação no momento em que se é despedido é permeada por sentimentos de desorientação e confusão, acompanhados de forte sentimento de fracasso. Logo após advém um momento no qual há otimismo ilusório e o sujeito age como se estivesse de férias, preenchendo o tempo com questões que haviam ficado pendentes como arrumação da casa ou projetos pessoais. Após algumas semanas, comumente, o sujeito vê a impossibilidade de permanecer como se estivesse de férias e sente medo de permanecer desempregado por muito tempo.

É nesse momento que ele se empenha para conseguir um novo emprego e canaliza todos os esforços para isso. Quando acontece de todos os esforços não gerarem resultado o indivíduo passa por um período de intensa ansiedade e irritabilidade acompanhado de forte crença de incapacidade. É justamente nesta fase que ele está sujeito ao desenvolvimento de distúrbios emocionais, condicionados a fatores individuais como apoio familiar/social e capacidade pessoal de enfrentamento.

Como se pode constatar, a maioria das representações que perpassam o conceito de desempregos são negativas. Incluem ideias de inércia, incapacidade, vadiagem, destituição do seu valor enquanto trabalhador e sujeito na sociedade. Representações desta natureza acarretam uma série de sentimentos comuns em sujeitos desempregados como tristeza, desvalorização, desânimo e impotência.

Sentimentos estes seguidos de perto por comportamentos inadequados como autoexclusão e isolamento social. Frequentemente este arranjo culmina na manifestação de psicopatologias, além de patologias físicas. Estas patologias mentais serão tratadas no próximo capítulo

4 MANIFESTAÇÕES PSICOPATOLÓGICAS NO SUJEITO DESEMPREGADO

A análise empreendida até então permite afirmar que, a vivência psicológica e emocional da situação de desemprego é na quase totalidade das situações, configurada por sentimentos de fracasso, autodesvalorização e impotência. Estes sentimentos quando levados a níveis altos e perdurando por um longo período de tempo são fatores nucleares na manifestação de psicopatologias. Tendo isto em vista, cabe apreciar detidamente as psicopatologias que mais frequentemente acometem indivíduos desempregados, bem como as formas como elas se manifestam.

Para que esta análise seja completa cabe compreender que o próprio trabalho, uma vez que ocupa lugar central na vida e organização social humanas, carrega consigo grande poder adoecedor ou vitalizador da saúde. De encontro com esta opinião, Selligman-Silva (1994, apud BERNARDO et al 2011, p. 23) afirma que:

[...] o trabalho, conforme a situação, tanto poderá fortalecer a saúde mental quanto levar a distúrbios que se expressarão em termos psicossociais e/ou individuais, em manifestações psicossomáticas ou psiquiátricas [...]

Não é o objetivo deste trabalho se debruçar sobre as manifestações psicopatológicas que são consequências do trabalho como agente adoecedor, apesar de este ser um assunto que mereça atenção. Cabe-nos analisar justamente a face oposta, na qual o trabalho é vitalizador e parte central na organização social e temporal de determinado sujeito. Uma vez considerando o trabalho sobre este ponto de vista podemos compreender como a privação dele pode ter como consequência direta o adoecimento psíquico do (ex)trabalhador.

Dado que a vivência psicológica do desemprego tem, como já foi levantado, delineamentos que lhe são típicos, é fácil perceber que haverá psicopatologias que mais frequentemente atingirão estes sujeitos. Neste sentido Pena (2013, p. 17), ressalta que:

A baixa saúde mental é um fator muito comum em sujeitos desempregados, visto que estes normalmente têm maiores níveis de depressão, ansiedade e suicídio. Pessoas desempregadas há mais tempo têm uma maior prevalência de episódios depressivos no espaço de um ano [...].

A depressão aparece como o quadro mais comumente encontrado em sujeitos desempregados que manifestam psicopatologias. Pesquisa desenvolvida por Rodrigues et al (2011) revela que mais de 50% dos indivíduos desempregados apresentam sintomas compatíveis com diagnóstico de depressão severa.

Em primeira análise já é possível constatar que, os sentimentos e comportamentos geralmente associados ao desemprego, que já foram expostos neste trabalho, são muito próximos daqueles presentes em um quadro depressivo. Podemos caracterizar os transtornos de humor depressivos em consonância com Barlow e Durand (2008, p. 239), que apontam se tratar de:

[...] um estado de humor bastante deprimido que dura pelo menos duas semanas e inclui sintomas cognitivos (por exemplo, sentimentos de menos-valia e de indecisão). [...] o episódio geral é acompanhado de perda de interesse nas coisas e incapacidade de experimentar qualquer prazer [...]

Para que se entenda a abrangência da manifestação da depressão convém ressaltar os dados apontados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) nos quais esta patologia aparece como a quinta maior questão de saúde pública no mundo e a primeira dentre as doenças mentais dos trabalhadores. A OMS estima que será a doença mais incapacitante para o trabalho. Trata-se, portanto, de uma epidemia mundial, agravada pela dificuldade de identificação, posto que seja muitas vezes negligenciada e confundida com “corpo mole” ou com uma tristeza passageira (TEIXEIRA, 2007).

Na situação específica de depressão manifestada em sujeitos desempregados Rodrigues et al (2011) apontam que o sintoma mais frequente é a perda da iniciativa e da vontade, de modo que ele perde a capacidade de tomar decisões, se sente cansado e sem capacidade para realizar qualquer ação. Além disso, é interessante o fato levantado de que a depressão é mais frequente em homens que em mulheres desempregados. Este dado parece estar diretamente ligado às representações sociais vinculadas ao homem como o maior responsável pelo provimento financeiro do lar, mesmo que haja outros colaboradores na família.

Nestes casos, a relação entre a situação de desemprego e o quadro depressivo é dicotômica. Um processo interessante é apontado por Pena (2013), no qual há uma espécie de ciclo vicioso no qual os fatores que acompanham o desemprego como diminuição do poder aquisitivo e do reconhecimento social levam ao aparecimento de um quadro depressivo e, em contrapartida, os sintomas da depressão funcionam como potencializadores da dificuldade de conseguir um novo emprego. Duas situações paralelas que se retroalimentam.

Como ficou claro na discussão até aqui, o processo de desenvolvimento de sentimentos e sintomas negativos que podem se desenrolar de forma patológica e desembocar em um processo depressivo será permeado por vários fatores. Dessa forma, mesmo que o resultado seja o mesmo ou muito semelhante (quadro depressivo, sentimentos de menos valia), os caminhos emocionais podem ser diferentes, variando a nível pessoal ou cultural.

Um fator primordial pode ser colocado como a interpretação que cada indivíduo faz da situação de desemprego na qual se encontra. Uma das várias nuances desta interpretação, que cabe ser destacada agora é a análise de a que causas o sujeito atribui o fato de estar desempregado. Neste sentido, ele pensa que está nesta situação por uma questão interna - por culpa pessoal, sua própria incapacidade, ineficiência ou falta de qualificação e de iniciativa – ou por questões externas – desemprego estrutural, nova configuração do mercado de trabalho, dentre outras?

Dentro desta linha de pensamento Buendia (1990) reuniu o resultado de diversas investigações anteriormente realizadas e chegou à interessante conclusão de que a maioria das pessoas interpreta que o êxito na obtenção de um emprego é consequência de fatores individuais internos enquanto que o fracasso no emprego é comumente atribuído á fatores externos. Analisando esta conclusão na perspectiva da formação de um quadro depressivo, temos que este quadro psicopatológico seria resultado da influência de fatores externos no desempregado, como as expectativas que seus pares desenvolvem sobre sua vida profissional, os valores referentes a trabalho que esta pessoa recebeu do meio ao longo da sua formação e o nível de valorização do fato de estar empregado em seu círculo social.

Tendo em vista a constatação de Bernardo et al (p.28), de que a depressão neste contexto “*se manifesta em ciertos momentos em uma intensa amargura com*

impulsos de cólera, ideas suicidas o abuso del alcohol y de tabaco”, cabe ressaltar que o quadro depressivo com frequência está associado à outros problemas como abuso de substâncias químicas e o alcoolismo.

É neste sentido que Teixeira (2007, p.30, grifo nosso), ressalta que “**a doença mental nunca vem, sozinha**”,

[...] na quase totalidade das situações um quadro depressivo é acompanhado por tais comportamentos abusivos, sob o pressuposto de que os efeitos de tais substâncias sobre o estado mental da pessoa o afasta de pensamentos sobre seu problema, no caso a falta de emprego.

O abuso de substâncias e o alcoolismo na situação de desemprego funcionam, portanto, como meio de fuga da realidade. Acontece que se trata de uma fuga incompleta e evanescente. Assim que os efeitos de tais substâncias terminam, a realidade do desemprego retorna com toda a força, somada à vergonha por recorrer a estes meios de fuga e por eventuais comportamentos inadequados emitidos sob o efeito delas. Além disso, há, na maioria das vezes, a desaprovação e incompreensão familiar e social, seguida de afastamento dos pares quando este comportamento se torna recorrente. Neste ciclo acabam sendo reforçados os sentimentos de menos valia de impotência e de incompetência. Desta forma o abuso de substâncias funciona como agravante do quadro depressivo, além de sua consequência.

Outra questão importante nesta discussão, que está diretamente ligada ao quadro depressivo, é o suicídio. O ato de voluntariamente dar fim à própria vida é uma realidade significativamente recorrente. A OMS estima que no ano de 2000, um milhão de pessoas morreu por suicídio no mundo, havendo uma prevalência de 16 por cada 100 mil habitantes (FONSECA et al, 2010).

O estudo realizado por Fonseca et al (2010) evidencia que os suicídios e as tentativas de suicídio estão intimamente ligados a eventos estressantes vividos por estes sujeitos. Dentre estes eventos os autores destacam a morte de pessoas íntimas, separação conjugal, desemprego ou qualquer mudança nociva no ambiente.

O suicídio é um tema tanto fascinante quanto assustador que chama a atenção da humanidade há muito tempo. Vários estudos foram realizados no sentido de buscar explicações, prevenção ou simplesmente de compreender o processo que culmina com a tentativa e a efetivação do suicídio. Neste sentido Emile Durkheim,

notável sociólogo francês, realizou uma classificação dos eventos suicidas de acordo com as condições sociais e culturais nas quais aconteciam.

Pode-se de tratar de: suicídio altruísta, aceito e incentivado socialmente como era o caso da prática de *hara-kiri* no Japão; suicídio egoísta, como o autor denomina a morte diante da perda de qualquer apoio social como o suicídio de idosos que se veem privados de contatos com amigos e familiares que já morreram; suicídio anômico, seria aquele resultado de interrupções marcantes na vida como perda de emprego, morte de pessoa próxima, mudança de nível social abrupta, dentre outros; suicídio fatalista, aquele no qual o sujeito perde o controle sobre a própria vida (ou a própria morte), como nos casos de suicídios coletivos de membros de determinadas organizações (cultos, seitas, etc) (DURKHEIM, 1950 apud BARLOW; DURAND, 2008).

Dentre as classes de suicídio propostas pelo autor a do suicídio anômico é especialmente significativa na discussão da intersecção entre suicídio e desemprego. Esta classe enfatiza a importância do efeito de fatores ambientais sobre o evento suicida, especialmente dos acontecimentos estressantes, indo de encontro à tese defendida neste trabalho. Reafirma-se, portanto, que o suicídio é um evento de origem multifatorial, ou seja, é resultado da combinação de vários fatores, incluindo: transtorno psicológico prévio, peculiaridades culturais, rede de apoio social e acontecimentos estressantes. Dentre estes fatores o desemprego se enquadra como um acontecimento estressante que pode ter o efeito desencadeador de um evento suicida, quando combinado com outros fatores de risco.

Barlow e Durant (2008, p. 291), reforçam a importância de eventos estressantes no processo envolvendo o suicídio, “talvez o mais importante fator de risco seja o acontecimento estressante experimentado como vergonhoso ou humilhante, como fracassar (de verdade ou na imaginação) na escola ou no trabalho”. É claro que isoladamente os acontecimentos estressantes não desembocam em uma situação tão extrema quanto o suicídio, mas sim quando combinado com vulnerabilidades previamente existentes.

De forma geral, fica evidenciada que a situação de perda da posição no mercado de trabalho está diretamente ligada ao desenvolvimento de diversas psicopatologias, principalmente quadros de depressão, alcoolismo, abuso de drogas, tentativas e concretização do suicídio. O desemprego se caracteriza como um

evento estressante na vida recente do indivíduo que, aliado a outros fatores antecedentes, pode dar início à manifestação de psicopatologias, como todos os seus sinais e sintomas. Dessa forma esta situação específica se configura como um gatilho que desencadeia a crise.

Pode-se notar que algumas nuances específicas aparecem no caminho entre o desemprego e a manifestação de alguma psicopatologia, como o significado pessoal do desemprego, a forma como a rede social e familiar interpreta e reage à perda do emprego deste indivíduo e a posição do sujeito na manutenção financeira do lar. Este fato ratifica que não há como lidar com este fenômeno considerando-o padronizado, uma vez que há uma infinidade de peculiaridades que definem cada situação de desemprego e de psicopatologia como única e individual, no limite. Apesar disso e existência de fatores comuns a quase totalidade das situações desta natureza torna válida uma análise como a empreendida neste artigo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida ao longo deste trabalho gira em torno das intersecções entre a situação de desemprego e saúde mental. Neste sentido, buscou-se compreender quais são as configurações da realidade objetiva da situação de desemprego que exercem influência sobre o estado mental do desempregado; de que forma essa influência acontece e como este processo pode resultar na manifestação de psicopatologias.

O estado de bem estar psicológico de um indivíduo advém do somatório de vários fatores, que perpassam relações interpessoais, satisfação com as atividades do dia-a-dia, trabalho, vida familiar, histórico de situações de crise e traumas. Dentre estes, o trabalho se destaca como um fator central, uma vez que o indivíduo está inserido num sistema de relações capitalista, pautado no lucro e no consumo. Isto indica que situações negativas nesta área repercutem de modo especial sobre a saúde mental.

Tendo este contexto em vista, as representações atribuídas a questões referentes ao trabalho terão grande impacto sobre a subjetividade deste sujeito. A situação de desemprego está historicamente atrelada a representações negativas, como: fracasso, inércia, irresponsabilidade, incapacidade. Tais representações, que são tanto sociais quanto individuais, podem desencadear no desempregado sentimentos de baixa autoestima, incompetência, tristeza e desânimo. Já há, neste momento, um ambiente propício para a manifestação de uma psicopatologia.

A combinação destes sentimentos advindos das representações negativas do desemprego (do desempregado - de si mesmo) com fatores antecedentes podem desencadear o aparecimento de um quadro psicopatológico. Aqui o desemprego aparece como uma situação de crise que poderá ser psicopatológica, principalmente, se o indivíduo não tiver desenvolvido bons mecanismos de defesa psicológica ao longo da vida e se o período de desemprego for longo.

A análise empreendida permite concluir que as atuais configurações do mercado de trabalho, principalmente com o desemprego estrutural que passa a existir após a reestruturação produtiva, têm efeito direto no sentido de minguar a saúde mental dos indivíduos, principalmente dos excluídos deste mercado.

Esta é uma discussão pouco realizada e quase nunca destacada, principalmente na mídia brasileira. Este fato pode ser esclarecido tendo em vista que

as possíveis soluções para o problema perpassam mudanças por parte dos empregadores (grandes empresários) e da própria classe política, que vão à contramão do imperativo do lucro em vigor na sociedade capitalista. Cabe, pois, à ciência cumprir seu papel social e lançar luz sobre questões que, como esta, trocam a saúde da grande maioria pelo lucro de alguns.

ABSTRACT

In this study we sought to emphasize relationships between unemployment and mental health, emphasizing the beliefs surrounding the phenomenon of unemployment, the historical construction of such beliefs and how these representations exert influences on the psychological well-being of the individual one in this situation. Therefore there was a theoretical investigation of the subjective experience of the individual in the face of exclusion from the labor market. This research was carried out a literaturere view. After examination of the literature, this study shows that there is a direct relationship between objective experience of unemployment and a subsequent psychological distress. Unemployment, lived as the individual crisis currently works, commonly, as a trigger for the manifestation of psychopathology such as depression, suicide and alcoholism.

Keywords: Unemployment. Psychopathology. Mental Health

REFERÊNCIAS

- ARGOLO, J. C. T. & ARAÚJO, M. A. D. O impacto do desemprego sobre o bem-estar psicológico dos trabalhadores da cidade de Natal. **Revista de Administração Científica**, 8, 4, 161-182, out/dez 2007.
- BARLOW, D. H., & DURAND, V. M. **Psicopatologia: uma abordagem integrada**. Cengage Learning, 2008.
- BECK, A.T. et al. **Terapia cognitiva e depressão**. Porto Alegre: Artes médicas, 1997.
- BERNARDO, M. H. NOGUEIRA, F. R. C. BULL, S. Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade objetiva e subjetiva. **Arq. bras. psicol.**, 2011.
- BUENDÍA, J. **Psicopatología del desempleo**. Anales de Psicología, v. 6, n. 1, 1990.
- CALDANA, A. C. F. & FIGUEIREDO, M. C. **Desemprego e subjetividade: estratégias de inclusão social e sobrevivência**. Paidéia 12.22, 2002.
- CASTELHANO, L. M. O medo do desemprego e a(s) nova(s) organizações do trabalho. **Rev. Psicologia e Sociedade**; 17(1): 17-28; jan/abr. 2005.
- DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e estudos sócio-econômicos PED – **Pesquisa de Emprego e Desemprego** (online). Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: 05 mai. 2014.
- DUARTE, A.M. Vivências de desemprego e transformação dos modos de vida dos operários mineiros. Sociologia: **Revista da Faculdade de Letras na Universidade do Porto**, n. 08, 1998.
- FLEIG, D. G. et al. **Reestruturação produtiva e subjetividade: análise interpretativa do significado do desemprego**. O&S, 12, n.33, abr/jun, 2005.

FONSECA, D. D. L., ABELHA, L., LOVISI, G. M., & LEGAY, L. F. **Apoio social, eventos estressantes e depressão em casos de tentativa de suicídio**: um estudo de caso-controle realizado em um hospital de emergência do Rio de Janeiro. Cad. saúde colet., 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. Atlas. São Paulo. 2007.

GONDIM, S. G. et al. **Atribuições de causas ao desemprego e valores pessoais**. Estudos de psicologia, n. 15, 2010.

MONTEIRO, J. K. et al. **Reflexões acerca do atendimento psicológico a desempregados**. Aletheia, Canoas, n. 27, jun. 2008.

PENA, J. M. M. **O impacto do desemprego no funcionamento familiar e na ideação suicida**, 2013.

PEREIRA, M. C. & BRITO, M. J. 2006. Desemprego e subjetividade no contexto brasileiro: uma análise interpretativa sob a ótica dos excluídos do mercado de trabalho industrial. **Revista mal-estar e subjetividade**, n.01, 2006.

PINHEIRO, L. R. & MONTEIRO, J. K. Refletindo sobre desemprego e agravos à saúde mental. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, v.10, n.2, 2007.

RODRÍGUEZ, F. A., MARTÍNEZ, M. R., & RULL, M. A. P. Depresión y ansiedad en una muestra de individuos mexicanos desempleados. **Journal of Behavior, Health & Social Issues**, 2011.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. São Paulo: Contexto, 2º Ed., 1998.

TEIXEIRA, S. A depressão no meio ambiente do trabalho e sua caracterização como doença do trabalho. **Revista Tribunal Regional do Trabalho**, 2007.

WICKERT, L. F. **O Adoecer Psíquico do Desempregado**. Rev. Psicologia Ciência e Profissão, 19, (1), 66-75, 1999.